

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTUDAR E
APRESENTAR PROPOSTAS DE UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS
CIVIS E MILITARES

REQUERIMENTO Nº DE 2016
(Do Sr. Delegado Edson Moreira)

Requer a realização de
Audiência Pública na Câmara
Municipal de Poços de Caldas,
Minas Gerais, para debater a
Unificação das Polícias Civil e
Militar.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 e no
art. 256, caput, do Regimento Interno da Câmara dos
Deputados, a realização de Audiência Pública na Câmara
Municipal de Poços de Caldas, Minas Gerais, para debater a
Unificação das Polícias Civil e Militar.

JUSTIFICAÇÃO

Por que a proposta de Unificar as Polícias?

Vejo que o modelo atual de polícia no Brasil está arcaico sem
modernização e sem condições próprias de dar a população a
resposta necessária ao combate aos crimes de maior
potencial ofensivo, como também, aos crimes de menor
potencial que muitas vezes, fazem com que a sociedade saia
da razão e decidindo por ações mais conturbadas e perigosas.

Nós, profissionais da segurança pública, temos o pleno
conhecimento do que é necessário para a construção de uma
proposta que seja viável, uma proposta de consenso.

Sabendo das dificuldades que possa surgir no andamento dos
trabalhos, principalmente na principal pergunta de como se
dará essa incorporação e qual o custo para o Estado?

A primeira resposta poderá ser respondida por todos os profissionais, tanto civil como militar, pois temos quadros e prerrogativas diferentes e adequação das funções não seria problema, pois as carreiras poderiam ser evolutivas, com concursos únicos e com possibilidades de crescimento, na instituição policial, como na própria função que se ocupa, isso implicaria na melhor qualificação profissional e alimentaria sempre o desejo de que o servidor público tenha o ânimo para estar sempre se aprimorando e prestando um serviço mais efetivo.

Além do mais, teríamos apenas um orçamento, apenas uma academia, apenas uma gestão e a subordinação seria diretamente ao governador, como única voz de comando, viabilizando assim o direcionamento acertado das ações de segurança pública, adequando assim a vontade política com a percepção técnica e não deixando que a ingerência política possa afetar a nova polícia, vamos assim dizer.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Delegado Edson Moreira
Deputado Federal – PR/MG